

TRANSEXUALIDADE E MOVIMENTO TRANSGÊNERO NA PERSPECTIVA DA DIÁSPORA *QUEER*¹

Simone Ávila – Discente do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: simoneavila10@brturbo.com.br

Miriam Pillar Grossi - Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle pela Universite de Paris V- Professora da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: miriamgrossi@gmail.com

Resumo

A articulação do movimento LGBTTTT, e conseqüentemente do Movimento Transgênero, está inserida em movimento político transnacional e é portadora de uma agenda de luta contra as discriminações sofridas por este coletivo. Nosso objetivo é refletir sobre a emergência de novas identidades trans no contexto de transnacionalização do Movimento Transgênero do ponto de vista da diáspora *queer*, através da análise de associações internacionais direcionadas a transexuais masculinos, e pensar sobre como e até que ponto as associações e redes internacionais do Movimento Transgênero podem contribuir na constituição de novas identidades trans, levando em conta o local e o global, e no enfrentamento das discriminações contra transgêneros.

Palavras-chave: Movimento Transgênero, Diáspora *Queer*, Globalização Cultural, Transnacionalização

Abstract

The joint motion LGBTTTT, and consequently the Transgender Movement, is embedded in transnational political movement and holds an agenda to combat discrimination faced by this collective. Our goal is to reflect on the emergence of new trans identities in the context of transnationalization of the Transgender Movement from the perspective of queer diaspora, through the analysis of international associations directed to male transsexuals, and think about how and to what extent the associations and international networks Transgender Movement can contribute to the formation of new trans identities, taking into account local and global, and in fighting discrimination against transgender individuals.

Key-words: Movement Transgender, Queer Diaspora, Cultural Globalization, Transnationalization

¹ Trabalho apresentado no V Congresso da Associação Brasileira de eEstudos da Homocultura – ABEH – realizado em novembro de 2010 em Natal, RN

Introdução

O termo transgênero se refere a uma pessoa que sente que ele ou ela pertence ao gênero oposto, ou pertence a ambos ou nenhum dos dois sexos tradicionais, incluindo travestis, transexuais, intersexuais, *Drag Queens* e *Drag Kings*. Embora a comunidade de transgêneros seja reconhecida como uma parte da comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTTT), o Movimento Transgênero (*Transgender Movement*) se distingue do Movimento LGBTTT por ter reivindicações específicas (Barbara Garii, 2007), como, por exemplo, a luta contra a medicalização e patologização da transexualidade, e reivindicação de políticas que permitam o amplo acesso a serviços de saúde sem serem discriminados pelos profissionais de saúde e a mudança de nome, condizente com sua identificação de gênero, entre outras. No final do século XX, o Movimento Transgênero surge como um crescente desdobramento do Movimento LGBTTT e mobiliza recursos para gerar mudanças políticas e jurídicas na sociedade (Bárbara Garii, 2007) em diferentes partes do mundo.

O Movimento Social LGBTTT tem contribuído na reflexão sobre as vivências da sexualidade nos âmbitos privado e público, tanto como prática individual, como prática social e política, questionando e desconstruindo binarismos rígidos presentes nas categorias de gênero tradicionais: homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual (Bourcier e Moliner, 2008; Newton, 2008; Steinberg, 2006; Butler, 2006; Rebreyend, 2005; Preciado, 2004; Pellegrin e Bard, 1999) e, entre suas ações, denunciam a violência e a violação dos direitos humanos desses grupos sociais, reivindicando a igualdade de direitos, tanto na cena mundial como no Brasil (Lionço, 2008).

Nosso objetivo neste texto é refletir sobre a emergência de novas identidades trans² no contexto de transnacionalização do Movimento Transgênero do ponto de vista

² Neste texto, usamos o termo “trans” com o mesmo significado proposto por Aimar Suess, ou seja, “refere-se a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, cross dressers, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero queer e outras autodenominações relacionadas” (Suess, 2010, p. 29)

da diáspora *queer*, através da análise de associações internacionais direcionadas a transexuais masculinos³, também chamados de *FTM (female to male)*⁴, transmasculinos, homens transexuais ou, ainda, homens trans, nos apoiando teoricamente nas contribuições dos “estudos trans” (*trans studies*) e da teoria *queer*.

Contextualizando a patologização da transexualidade

A transexualidade se fundamenta na não concordância entre o sexo biológico e o gênero pelo qual uma pessoa deseja ser reconhecida socialmente.

O discurso médico estabeleceu, no século XIX, uma correlação entre travestismo feminino e “inversão sexual” (Esther Newton, 2008), que perdura na literatura médica e no senso comum até o presente. Este discurso associa homossexualidade feminina com “masculinização”, com especial ênfase na questão vestimentária, ligada às convenções de roupa associadas rigidamente a cada sexo (e também marcadas por outras classificações sociais, como ocupação social). Isto se opera na segunda metade do século XIX e traduz a vontade científica de estabelecer mais firmemente uma norma, associada à heterossexualidade, e assim catalogar, isto é, nomear, classificar (e estigmatizar) os desvios vinculados tanto às práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, quanto às transgressões dos códigos de reconhecimento social, em particular o vestimentário.

Nesse contexto, a transexualidade passou a ocupar um espaço aberto pela psiquiatrização da homossexualidade como uma patologia.

Consta na literatura médica que Harry Benjamin, na década de 40, foi o primeiro médico que estudou pessoas transexuais, mas ainda não havia uma terminologia específica para esta condição (Athayde, 2001). O termo *transexual* teve origem em um artigo do sexólogo David Cauldwell, publicado em 1949, no qual ele faz referência a um pedido de “transmutação” de mulher para homem como um caso de *Transsexualis psychopathia* (Schilt, 2008).

³ Mulheres que se identificam com o gênero masculino através da nomação, vestimenta e transformações corporais como pertencentes ao gênero masculino

⁴ Sigla em inglês: De mulher para homem

Em 1953, Harry Benjamin, em uma perspectiva biológica, parte da idéia de que o "sexo" é composto de vários sexos: o genético, o gonádico, o fenotípico, o psicológico e o jurídico, entendendo que o sexo cromossômico (genético) seria o responsável pela determinação do sexo e do gênero:

“o transexual se sente uma mulher (...) e se sente atraído por outros homens. Isso faz dele um homossexual se seu sexo for diagnosticado de acordo com seu corpo. No entanto, ele se autodiagnostica segundo seu sexo psicológico feminino. Ele sente atração por um homem como heterossexual, ou seja, normal” (Benjamin, 2001, p.30 citado por Bento, 2006, p. 151).

Em 1975, o psicanalista Robert Stoller, fundamentado na teoria psicanalítica, afirma que uma criança gostar de brincadeiras ou de se vestir com roupas de outro gênero seria indicativo de uma sexualidade “anormal”, sendo que a explicação para a transexualidade estaria *“na relação da criança com sua mãe, que, ao invejar os homens e ter um desejo inconsciente de ser como eles, ficaria tão feliz com o nascimento do filho que transfere seu desejo para ele”* (Stoller citado por Bento, 2006, p. 137). É importante destacar que Stoller chega a duvidar de um diagnóstico de transexualidade se o indivíduo não tiver uma mãe como ele a caracterizou (Bento, 2006).

Tanto Robert Stoller quanto Harry Benjamin definiram critérios para o diagnóstico do que seria o “verdadeiro transexual” e foi durante as décadas de 60 e 70 que os clínicos começaram a usar este termo (“Verdadeiro Transexual”) para designar aqueles que, na perspectiva médica, viveriam melhor após um curso terapêutico que culminaria com a cirurgia genital.

Em 1973, John Money, Norman Fisk e Donal Laub criam o conceito de “Disforia de Gênero” (Castel, 2001) adotado para designar a transexualidade como um distúrbio de gênero (Athayde, 2001).

Em 1987, a transexualidade, chamada de transexualismo, foi incluída no Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM III (Manual Diagnóstico e estatístico das Desordens Mentais) (Castel, 2001) para os indivíduos com “disforia de gênero” que demonstrassem durante, pelo menos, dois anos, um interesse contínuo em transformar o sexo do seu corpo e o status do seu gênero social. Em 1994, o DSM-IV

trocou o termo Transexualismo por Desordem da Identidade de Gênero, que também pode ser encontrado no CID-10 (Classificação Internacional de Doenças) (Athayde, 2001) e na sua última versão, em 2001, o DSM trocou “Desordem” por “Transtorno de Identidade de Gênero” (García, 2009).

Os discursos biomédicos sobre transexualidade têm o poder de fazer com que as pessoas trans assumam o modelo biomédico que as patologiza, tanto no plano físico, no caso de indivíduos que desejam se submeter à cirurgia redesignação sexual, como no plano mental, que as diagnostica como pessoas afetadas por um transtorno de identidade de gênero, e as faz se submeter ao aparato médico regulador, uma vez que, atualmente, na maioria dos países, continua sendo necessário passar pela cirurgia de redesignação sexual para a obtenção do reconhecimento legal e social de sua identidade de gênero (García, 2009).

Em outras palavras, isto significa que os transexuais se pensam “cientificamente”. É do conjunto de saberes científicos que extraem a explicação de si mesmo e a legitimação de seus atos individuais e coletivos na arena social e na arena política. Para Joan Vendrell Ferré,

“dado o prestígio da ciência em nossa sociedade atual, resulta difícil dar-se conta de que os saberes científicos são tão êmicos como qualquer outro saber ‘folk’ que poderíamos encontrar em qualquer cultura não ocidental, ou ‘não científica’, para dar conta de alguma das numerosas formas constatadas de transversalidade de gênero” (Ferré, 2009, p. 63).

As repercussões da medicalização e patologização da transexualidade se refletem diretamente na vida dos transmasculinos, seja por tornar os transmasculinos “doentes” que precisam de um tratamento sobre o qual não detém nenhum poder ou controle, tendo de se submeter às decisões dos profissionais de saúde, seja por não permitir aos sujeitos viverem sua identidade de gênero como bem lhes convir ou, ainda, por não ter o reconhecimento social, tornando-os vítimas de preconceitos e estigmas, ou reconhecimento legal da sua condição, principalmente no que se refere à dificuldade de adotar oficialmente o seu nome masculino, condizente com sua identidade de gênero.

No entanto, em alguns países como Inglaterra, desde 2005, e Espanha, desde 2007, para que haja o reconhecimento legal da identidade de gênero dos transexuais,

não há necessidade da realização da cirurgia de redesignação sexual, porém os obriga a passar pelo diagnóstico psiquiátrico e pela prescrição do tratamento hormonal (García, 2009).

Várias autoras contemporâneas como Márcia Arán (2005), Ábiner Augusto Mendes Gonçalves (2006), Judith Butler (2006), Daniela Murta (2008) e Marie-Hélène Boucier e Pascale Moliner (2008) criticam e problematizam a definição da experiência ou condição transexual como uma condição anormal, apontando para novas classificações sociais da experiência trans, marcadas pela emergência das teorias *queer*. Para Daniela Murta (2008), o “*sujeito transexual não se encaixa em nenhum dos modelos propostos de identidade sexual segundo as práticas discursivas do século XIX*”, demonstrando a insuficiência das categorizações sexuais, que, como sugere Márcia Arán, subverte nossas crenças sobre sexo, gênero e identidade (Arán, 2005).

Movimento Transgênero

Segundo Barbara Garii (2007), o Movimento Transgênero moderno foi iniciado por dois eventos no final dos anos 1960, nos Estados Unidos, e pela publicação de dois livros vinte anos depois. O primeiro evento aconteceu em 1966, quando a polícia foi chamada para retirar vários clientes da Cafeteria Compton, em Tenderloin, São Francisco, um bairro onde moravam travestis, transexuais femininas e outros transgêneros, vítimas freqüentes de discriminação legal. A resposta da comunidade à ação da polícia foi imediata, resultando em um pequeno tumulto e diversas prisões. Este evento demonstrou a necessidade de uma ação comunitária sustentada; sendo assim, um grupo local de transexuais femininas fundou, um ano depois, o COG (Conversion Our Goal, or Change: Our Goal), que, apesar de curta duração, lançou as bases para outras organizações semelhantes na Califórnia, como, por exemplo, a *National Transsexual Counseling United* e a *Transsexual Action Organization* (Beemyn, 2008).

O segundo evento aconteceu em 1969, em Nova York, quando a polícia invadiu o Stonewall Inn, um bar em Greenwich Village, que atendia também pessoas como as do bairro Tenderloin. Uma multidão de *drag queens*, *butchs*, e outros indivíduos transgênero enfrentaram a polícia, provocando a revolta de Stonewall, que formalmente

é conhecida como o início do movimento pelos direitos dos homossexuais (Garii, 2007). Da mesma forma como aconteceu em São Francisco, este enfrentamento contribuiu para a formação do *STAR (Street Transvestites Action Revolutionaries)* e do *Queens Liberation Front* (Beemyn, 2008).

Embora em ambos os motins os membros da comunidade transgênero tenham sido identificados como pertencentes à comunidade *gay*, e não como uma entidade separada, o movimento *gay* sempre reconheceu a comunidade transgênero como os verdadeiros heróis da revolta (Garii, 2007).

Os dois livros referidos anteriormente por Barbara Garii são *Sex Changes: The Politics of Transgenderism*, publicado em 1987 por Pat Califia, um teórico transmasculino, e *Stone Butch Blues*, publicado em 1993 pela ativista Leslie Feinberg. O livro de Pat Califia explorou o significado da dicotomia de gênero e iniciou uma discussão pública de questões relacionadas ao gênero, identidade de gênero e atribuição de gênero. Já o livro de Leslie Feinberg confrontou as limitações tradicionais de identidade de gênero dentro dos limites da realidade política e sexual dos anos 1960 até os anos 1990, trazendo à tona a violência policial e outros contra os transgêneros.

Esses livros retratam a opressão e a marginalização enfrentadas por membros da comunidade transexual e abriram um diálogo dentro da comunidade de lésbicas, gays e bissexuais (LGB) que permitiu a abordagem de questões de atribuição de gênero, identidade de gênero, sexualidade, discriminação e desconfiança, forçando o reconhecimento da comunidade transgênero como pertencente à comunidade LGB unicamente pela força da sua alteridade "sexual." Assim, a comunidade LGB, também marginalizada, reconheceu a marginalização e as diferentes necessidades da comunidade transgênero, passando a incluir na sigla a letra T (Garii, 2007).

Os eventos da Cafeteria Compton e a Revolta de Stonewall receberam pouca, ou nenhuma, cobertura da mídia, embora ambos os eventos sejam ícones dentro da comunidade LGBTTTT, assim como os livros de Pat Califia e Leslie Feinberg. No entanto, esses eventos foram os desencadeadores do Movimento Transgênero moderno. Esse movimento, semelhante ao movimento dos direitos civis da década de 1960, exigiu o reconhecimento social e apoio, direitos legais, políticos e recursos para a comunidade transgênero, definida clinicamente ou socioculturalmente (Garii, 2007).

Movimento Transgênero e agenda política transnacional

As organizações transexuais fundadas no final dos anos 1970 e 1980 foram mais focadas no apoio pessoal e socialização do que em protesto e ativismo militante. Porém, desde a década de 1990, particularmente, a organização política das comunidades transgêneros tem se expandido e diversificado. A proliferação de grupos locais em todo os Estados Unidos levou ao desenvolvimento de diversas organizações nacionais, ao crescimento dos movimentos pelos direitos dos transexuais e pelo fim da violência contra pessoas transgêneros (Beemyn, 2008).

A falta de atenção da sociedade para a crise da AIDS, no final dos anos 1980 e início de 1990, renovou a militância do Movimento LGBTT e inspirou uma nova geração de ativistas transgêneros. O *Transgender Nation*, um grupo que se formou em 1992 a partir do *Queer Nation* de São Francisco, foi a primeira organização da nova onda de ação direta que desafiou a transfobia⁵ dentro do movimento LGBTT e da sociedade em geral (Beemyn, 2008).

A presença de transexuais masculinos nessas organizações era quase inexistente e raramente tinham acolhidas as suas necessidades. O *Labyrinth Foundation Counseling Service*, fundada por Mario Martino no final dos anos 1960 em Nova York era uma exceção. Esta situação começou a mudar em 1986, quando Lou Sullivan fundou um grupo de apoio local para transmasculinos em São Francisco, que cresceu e se transformou em uma organização internacional, chamada *FTM Internacional*, que é a principal organização de defesa para os FTMs (Beemyn, 2008). Atualmente a *FTM Internacional* tem ramificações em vinte países e conta com a participação de milhares de membros. Esta parece ser a primeira organização transnacional dentro do Movimento Transgênero.

Nesse cenário ativista, vale destacar o surgimento da *International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans And Intersex Association (ILGA)*. A ILGA é uma federação mundial que congrega grupos locais e nacionais dedicados à promoção e defesa da igualdade de direitos para lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI) em todo o mundo. Fundada em 1978, a ILGA reúne entre seus membros mais de 670

⁵ Refere-se à discriminação contra as pessoas transexuais, travestis e transgêneros

organizações, representando, assim, mais de 110 países, oriundos de todos os continentes. De pequenas coletividades a grupos nacionais, a ILGA chega a reunir, entre seus membros, até mesmo cidades inteiras. Atualmente, a ILGA é a única federação internacional a reunir Organizações Não-Governamentais (ONGs) e entidades sem fins lucrativos que concentra a sua atuação, em nível global, na luta pelo fim da discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

Uma das ramificações da ILGA bastante atuante é a ILGA-Europa, fundada em 1996. A ILGA-Europa assumiu a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento do movimento LGBT na Europa e intermediar as relações com a União Européia, Conselho Europeu e Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Inicialmente, a ILGA-Europa trabalhou exclusivamente na base dos recursos voluntários. No entanto, em 2001, a sua potencial contribuição para as políticas da União Européia contra a discriminação (previsto no artigo 13 ° do Tratado de Amsterdam⁶) foi reconhecida através da concessão de financiamento. Isto permitiu à ILGA-Europa montar um escritório em Bruxelas, o recrutamento de pessoal permanente e realizar um amplo programa de trabalho em relação à discriminação por orientação sexual no âmbito do Estados-Membros e os países candidatos à adesão. O apoio financeiro adicional do *Sigrud Rausing Trust* favoreceu à ILGA-Europe a ampliação de suas atividades em áreas não cobertas por fundos comunitários, particularmente a Europa Oriental, bem como sobre questões relacionadas aos transgêneros.

Esta contextualização do Movimento Transgênero nos permite afirmar que a articulação do movimento LGBTTT, e conseqüentemente do Movimento Transgênero, está inserida em movimento político transnacional e é portadora de uma agenda de luta contra as discriminações sofridas por este coletivo.

⁶ O Tratado de Amsterdam foi assinado em 2 de Outubro de 1997 e é o resultado de dois anos de estudos e negociações no âmbito de uma Conferência dos representantes dos governos dos Estados-membros. Entrou em vigor após ter sido ratificado pelos quinze Estados-membros da União Européia, segundo as respectivas regras constitucionais. O objetivo deste tratado foi criar as condições políticas e institucionais necessárias para permitir à União Européia enfrentar os desafios do futuro, face, entre outras circunstâncias, à rápida evolução da situação internacional, à globalização da economia e suas repercussões no emprego, na luta contra o terrorismo, na criminalidade internacional e no tráfico de droga, nos desequilíbrios ecológicos e nas ameaças para a saúde pública.

Diásporas queer

A noção mais tradicional de diáspora tem sido aplicada ao estudo das migrações internacionais para se referir a como os indivíduos transcendem as fronteiras dos estados nacionais (Casas, 2004). Segundo esta autora, a globalização permite que o lugar de origem e o contexto de destino dos imigrantes estejam interconectados de tal maneira que os indivíduos podem se mover por várias identidades e espaços transnacionais.

Para Anne-Marie Fortier (2002), vale a pena considerar a medida em que as identidades coletivas do mundo pós-moderno, global e pós-nacional são vividas e representadas em termos de diáspora, e como uma consciência diaspórica pode se manifestar e dialogar com outras formas de consciência (por exemplo, a consciência nacional; consciência dos imigrantes; consciência étnica, e assim por diante). Ao fazê-lo, as definições de identidade, ou seja, de redes transnacionais de conexões, são entendidas como o resultado de uma série de mediações que se entrelaçam em vários locais e histórias. Em suma, a diáspora agora significa um local onde novas geografias de identidade (Swedenburg e Lavie, citados por Fortier, 1996) são negociadas através de múltiplos terrenos de pertencimento, produzindo aquilo que Avtar Brah (1996, p. 209 citada por Fortier, 2002) chama de "espaço da diáspora", localizado entre o global e local .

O recente desenvolvimento das teorias *queer* e diáspora têm atendido as complexidades das formas pós-modernas e pós-coloniais de pertencimento, através das suas intervenções sobre questões de tempo, espaço, identidade e incorporação (Fortier, 2002).

Para melhor compreensão da relação entre as teorias *queer* e diáspora, pensamos ser importante apresentar resumidamente o surgimento dos estudos *queer*. Estes estudos emergem na década de 1980, sendo que sua articulação teórica deve muito à terceira onda feminista dos anos 1980, que reformulou os conceitos de sexo e gênero, à luz de teorias pós-estruturalistas da história social, poder e discurso, bem como da filosofia

pós-moderna (Zielinski, 2007), à sociologia do desvio norte-americana, ao pós-estruturalismo francês e aos estudos gays e lésbicos (Pino, 2007).

Como uma teoria anti-essencialista da sexualidade, a teoria *queer* questiona e desvenda as categorias normativas de gênero e sexualidade, através das suas práticas críticas (Zielinski, 2007), colocando

“em xeque as formas correntes de compreender as identidades sociais (...) a teoria queer surge em um momento de reavaliação crítica da política de identidades. Assim, busca evidenciar como conhecimentos e práticas sexualizam corpos, desejos, identidades e instituições sociais numa organização fundada na heterossexualidade compulsória (...) e na heteronormatividade” (Pino, 2007, p. 160).

A teoria *queer* se distingue dos estudos lésbicos e *gays*, pois considera que estas culturas sexuais foram normalizadas e não apontam para a mudança social, daí o interesse em estudar culturas sexuais não-hegemônicas, caracterizadas pela subversão ou rompimento com normas socialmente prescritas de comportamento sexual e/ou amoroso, tais como o travestismo, a transexualidade e a intersexualidade.

A diáspora tem sido tomada por lésbicas, gays e teóricos e teóricas *queer* de duas maneiras. O primeiro uso se refere à criação de espaços *queer* dentro de diásporas definidas etnicamente, e o segundo uso, à "diáspora *queer*", que surgiu no contexto da transnacionalização da identidade política de lésbicas e *gays*, que Jasbir Kaur Puar (1998 citada por Fortier, 2002) chama de "*queering the diaspora*". Neste contexto, a diáspora *queer* se refere à rede multicultural e transnacional de conexões de culturas e comunidades *queer*, não necessariamente localizada em territórios fixos ou geograficamente delimitados.

A dispersão, a diversidade e as redes relacionais de conexões multi-locais são em grande parte o que inspirou alguns/mas teóricos/as e ativistas *queer* para encontrar na diáspora uma alternativa útil para o modelo anterior de políticas de identidade da comunidade lésbica e *gay*, que era baseado no modelo étnico (Fortier, 2002). Essa autora não cita a comunidade de transgêneros no seu artigo.

Anne-Marie Fortier cita o artigo do ativista *gay* Simon Watney sobre as implicações internacionais das políticas gays e lésbicas na Europa, nos Estados Unidos e Reino Unido, no qual ele encontra a metáfora da diáspora:

“o conceito de diáspora é sugestivo da diversificação, da dispersão, da fratura, e também, talvez, de um certo glamour. Ela também sugere algo de um sentido de interesse coletivo, porém isso pode ser difícil de definir. Isso implica um círculo complexo, dividido, com diferentes graus de poder e impotência” (Watney, 1995, citado por Fortier, 2002).

Uma tensão recorrente nas reflexões sobre a diáspora *queer* se dá entre o imperativo político de solidariedade transnacional, em face das violências vivenciadas por lésbicas e *gays* em todo o mundo, e a necessidade de reconhecer que o homoerotismo, por exemplo, existe e tem significado muito diferente nos diversos contextos (Fortier, 2002). É importante destacar que o mesmo acontece com os transgêneros. Além disso, lutas locais também são determinadas por normas jurídicas, políticas, religiosas e formações discursivas morais locais e, ainda, os próprios sujeitos *queer* são múltiplos e diversificados em todos os contextos, em virtude de seu gênero, classe, étnicas, posições geracionais (Fortier, 2002).

Neste sentido, podemos pensar sobre como e até que ponto as associações e redes internacionais do Movimento Transgênero podem contribuir na constituição de novas identidades trans, que se distanciem dos discursos científicos patologizantes sobre a transexualidade, levando em conta o local e o global, e no enfrentamento das discriminações contra transgêneros.

A *FTM International*, que faz parte da ILGA, desenvolve ações em defesa dos direitos dos transmasculinos em diferentes países. Ela oferece suporte jurídico, fazendo os encaminhamentos necessários para a mudança do nome ou marcador de gênero nos documentos de identidade, intermedia solicitações de asilo nos Estados Unidos baseado na perseguição por identidade de gênero, realiza eventos internacionais sobre direitos dos transmasculinos e produz diferentes materiais informativos, entre outras atividades.

Outro exemplo que destacamos é a *Stop Trans Pathologization-2012*, que é uma campanha pela despatologização das identidades trans (transexuais e transgêneros) e pela sua retirada dos catálogos de doenças, o DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*), da *American Psychiatric Association*, cuja versão revista surgirá em 2013, e o ICD (*International Classification of Diseases*), da Organização Mundial

de Saúde, que sairá em 2014. Assumida, até o momento, por mais de cem organizações e quatro redes internacionais na África, na Ásia, na Europa e na América do Norte e do Sul, a campanha coordena uma mobilização internacional simultânea em mais de trinta cidades de dezessete países europeus e no continente americano. Embora seja uma campanha importante do ponto de vista político, ela não trata especificamente das questões relacionadas aos transmasculinos.

Ações transnacionais como esta associadas a ações locais propiciam mudanças sociais importantes. Na França, a transexualidade já não é mais considerada uma patologia desde fevereiro de 2010, graças ao ativismo do Movimento Transgênero, que inclui as associações *C'est Pas Mon Genre*, *Groupe Activiste Trans (GAT)*, *OUTrans*, *ORTrans* e *Trans Aide*. A Espanha tem estado na vanguarda internacional ao aprovar direitos das chamadas “minorias sexuais” (LGBT), tendo reconhecido alguns direitos às/aos transexuais, como a Lei de Identidade de Gênero⁷ (Mendéz, 2009). Além disso, em 2010 o governo espanhol solicitou à Organização Mundial da Saúde (OMS) a retirada da transexualidade como doença do Código Internacional de Doenças. Estes avanços só foram possíveis também graças ao ativismo do Movimento LGBT, e mais particularmente do Movimento Transgênero.

A idéia de uma diáspora *queer* fala da fantasia de se aproximar do outro, mas isso é uma fantasia que também provoca algumas tensões sobre as dificuldades de imaginar um sistema unificado e homogêneo (Fortier, 2002). Isto significa que não podemos ainda pensar que os avanços locais de Movimentos Transgêneros serão em breve “diasporizados”, para não dizer globalizados. Pensamos ainda que a idéia de uma diáspora *queer* deve possibilitar a construção de novas identidade trans, que ainda não se fazem presentes de forma marcante dentro do Movimento Transgênero. Abaixo apresento algumas possibilidades, a partir dos estudos *queer* e dos estudos da masculinidade.

Considerações finais

⁷ Lei 3/2007, de 15 de março. Esta lei regula os requisitos de acesso para alterar o registro do sexo de uma pessoa no cartório, quando esse registro não reflete a sua identidade de gênero. Também inclui a mudança de nome para não ser discordante com a afirmação de sexo.

Tentamos demonstrar aqui que o relativamente recente Movimento Transgênero sofreu um processo de transnacionalização, construindo redes e conexões transnacionais que pretendem atender, a partir de ações locais e globais, as reivindicações dos transgêneros, em particular dos transexuais.

As repercussões dessas redes transnacionais se refletem em mudanças sociais importantes para a comunidade transexual em vários países, como já demonstrado anteriormente, e só foram possíveis devido à globalização. A principal contribuição da transnacionalização do Movimento Transgênero é a possibilidade de colocar em debate a despatologização da transexualidade e o enfrentamento das discriminações por identidade de gênero em âmbito transnacional.

A perspectiva da diáspora *queer* associada ao Movimento Transgênero nos possibilita entender a diáspora como um “espaço” ou “território” que podemos chamar de “vivencial”, indo um pouco mais além da noção tradicional de diáspora, que permite a construção e emergência de novas identidades trans, distanciadas de discursos científicos patologizantes, em um contexto transnacional. No nosso ponto de vista, essas novas identidades trans nos parecem ainda incipientes dentro do Movimento Transgênero, sendo necessária a sua inserção dentro da agenda política do Movimento.

Referências bibliográficas

- ATHAYDE, Amanda V. Luna de. Transexualismo masculino. *Arq Bras Endocrinol Metab.* Vol 45, n. 4, p. 407-414. Agosto 2001
- BENTO, Berenice. *A reinvenção corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual.* Rio de Janeiro: Garamond, 2006
- BOURCIER, Marie-Hélène; MOLINER, Pascale. Introduction. *Cahiers du Genre*, N. 45, p. 5-14, 2008
- BEEMYN, Genny Brett. "Transgender Political Organizing." *Encyclopedia of Gender and Society* . 2008. SAGE Publications. SAGE. [online] Disponível em http://www.sage-ereference.com/gender/Article_n424.html. Acesso 24 Abr. 2010
- BUTLER, Judith. *Deshacer el género.* Barcelona: Paidós, 2006
- CASAS, Laura Oso. *Españolas em París.* Barcelona: Bellaterra, 2004
- CASTEL, Pierre-Henri. Algumas reflexões para estabelecer a cronologia “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 21, n. 41, p. 77-111. 2001
- FERRÉ, Joan Vendrell. ¿Corregir el cuerpo o cambiar el sistema? La transexualidad ante el orden de gênero. *Sociológica*, año 24, n. 69, p. 61-78. 2009
- FORTIER, Anne-Marie. "Queer Diaspora." In: *Handbook of Lesbian and Gay Studies*, 2002. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sage-ereference.com/hdbk_lgs/Article_n12.html Acesso 24 Abr. 2010
- FTM INTERNATIONAL.[online] Disponível em: <http://www.ftmi.org/>. Acesso 15 jul 2010
- GARCÍA, Francisco Vásquez. Del sexo dicotómico al sexo cromático. La subjetividad transgenérica y los límites del constructivismo. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana.* n.1, p. 63-8, 2009. [online] Disponível em <http://www.sexualidadsaludysociedad.org>. Acesso 12 jul 2010

GARII, Barbara. "Transgender Movement." *Encyclopedia of Activism and Social Justice*. 2007. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sage-reference.com/activism/Article_n867.html. Acesso 24 Abr. 2010

INTERNATIONAL LESBIAN, GAY, BISEXUAL, TRANS AND INTERSEX ASSOCIATION (ILGA). Disponível em: <http://ilga.org/>. Acesso: 14 jul 2010

ILGA EUROPE. [online] Disponível em: <http://www.ilga-europe.org/>. Acesso: 14 jul 2010

LIONÇO, Tatiana. Que Direito à saúde para a população GLBT? Considerando direitos reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. *Saúde Soc.* São Paulo. V. 17, n.2, p.11-21, 2008

MENDÉZ, Raquel Platero. Transexualidad y agenda política: una historia de (dis)continuidades y patologización. *Política y Sociedad*, v. 46, n. 1 y 2, p. 107-128, 2009

MURTA, Daniela. Paradoxos entre o acesso a saúde e a patologização: algumas considerações sobre a psiquiatrização da transexualidade. *Fazendo gênero 8 – Corpo, violência e poder*. Florianópolis, 25 a 28 de agosto, 2008

NEWTON, Esther. Le mythe de la lesbienne masculine : Radclyffe Hall et la Nouvelle Femme. *Cahiers du Genre*, N. 45, p. 15-42, 2008

PELLEGRIN, Nicole; BARD, Cristine. Femmes travesties: un « mauvais genre » - Introduction. *Clio. Histoire, femmes et sociétés*. N. 10, p. 2-8, 1999

PINO, Nádía Perez. A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos. *Cadernos Pagu*, n. 28, janeiro-junho de 2007, p.149-174

PRECIADO, Beatriz. *Multitudes queer*, 2004. [online] Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer,1465>. Acesso 30 set 2009

REBREYEND, Anne-Claire. Comment écrire l'histoire des sexualités au XX^e siècle ? Bilan historiographique comparé français/anglo-américain. *Clio. Histoire, femmes et sociétés*, N. 22, p. 2-16, 2005

RED INTERNACIONAL POR LA DESPATOLOGIZACIÓN TRANS. [online] Disponível em <http://www.stp2012.info/es/manifiesto>. Acesso 15 jul 2010

SCHILT, Kristen. "Transsexual." *Encyclopedia of Gender and Society*. 2008. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sage-reference.com/gender/Article_n427.html. Acesso 24 Abr. 2010.

STEINBERG, Sylvie. « L'histoire du travestissement féminin à l'épreuve de la pluridisciplinarité ». In : LEDUC, Guyonne. *Travestissement féminin et liberté (s)*. Paris : L'Harmattan, 2006

SUESS, Aimar. « Análisis del panorama discursivo alrededor de la despatologización trans : procesos de transformación de los marcos interpretativos en diferentes campos sociales ». In : MISSÉ, Miquel ; COLL-PLANAS, Gerard (ed.). *El género desordenado – críticas en torno a la patologización de la transexualidad* ». Barcelona-Madrid :EGALES, 2010

ZIELINSKI, Ger JZ. "Queer Theory." *Encyclopedia of Activism and Social Justice* . 2007. SAGE Publications. [online] Disponible em http://www.sage-reference.com/activism/Article_n713.htm. Acesso 24 Abr. 2010.